



**GABINETE DO PREFEITO** 

### MENSAGEM DE LEI Nº 13/2025

Exmo. Sr. Presidente.

Encaminho à elevada apreciação desta Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei que "Cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS de Ibitirama, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, e dá outras providências".

A presente proposição tem por finalidade instituir dois importantes instrumentos de gestão da política pública habitacional do município: o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS).

O CMHIS será um órgão colegiado, de composição paritária entre o poder público e a sociedade civil, com caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador. Terá como atribuições principais: propor, avaliar e acompanhar políticas públicas de habitação de interesse social, bem como deliberar sobre a aplicação dos recursos do FMHIS. O conselho também será responsável por acompanhar e apoiar a destinação de recursos para ações de Regularização Fundiária Urbana(REURB), instrumento essencial para garantir segurança jurídica, dignidade e cidadania à população residente em assentamentos informais.

O FMHIS, por sua vez, será o instrumento financeiro destinado a centralizar os recursos orçamentários e extraorçamentários destinados à implementação da política habitacional no município. Ele poderá receber aportes da União, do Estado, de convênios, doações, operações de crédito e de outras fontes, sendo vinculado prioritariamente a ações voltadas à população de baixa renda. Entre suas finalidades, destaca-se a possibilidade de financiar programas e ações de habitação de interesse social, incluindo investimentos em projetos de REURB-S e REURB-E, conforme previstos na Lei Federal nº 13.465/2017.

Em razão da necessidade de atualização e adequação da legislação municipal às diretrizes nacionais da Política Habitacional e da Regularização Fundiária Urbana, o presente projeto revoga expressamente a Lei Ordinária Municipal nº 1.049/2025, por conter dispositivos em desacordo com a legislação vigente, o que tem gerado entraves à sua aplicação efetiva.

Dessa forma, contamos com o apoio desta Casa Legislativa para a aprovação da presente matéria, que representa um avanço significativo na promoção do direito à moradia digna, à regularização fundiária e ao desenvolvimento urbano sustentável de Ibitirama.

Renovo a Vossas Excelências protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Gâmara Municipal de Ibitirama - ES

PROTOCOLO GERAL 153/2025 Data: 12/06/2025 - Horário: 13:11 Legislativo

Reginaldo Simão de Souza Prefeito Municipal de Ibitirama

Ibitirama/ES, 26 de maio de 2025.

mados Avenida Anizio Ferreira da Silva, s/n – Centro – Ibitirama/ES Cep: 29540-000

E-mail: gabinete@ibitirama.es.gov.br

(28) 3199-1147





**GABINETE DO PREFEITO** 

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° xxx/2025

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL — CMHIS DE IBITIRAMA, E O FUNDO MUNICPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITIRAMA/ES, Estado do Espírito Santo faz saber que o Poder Legislativo do Município de Ibitirama-ES aprovou e o chefe do Poder Executivo sancionou a seguinte Lei:

- **Art. 1°.** Fica criado o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social CMHIS de Ibitirama, órgão deliberativo, propositivo, orientador e fiscalizador com a finalidade de assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas de habitação, competindo-lhe, nos termos desta lei:
- I- Aprovar a Política e o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social PMHIS e propor diretrizes, estratégias e instrumentos, bem como as prioridades para o seu cumprimento;
- II Aprovar os planos de aplicação de recursos do Fundo Municipal de Habitação Social FMHIS;
- III Fiscalizar e acompanhar todas as ações referente aos subsídios habitacionais, bem como definir as condições básicas de subsídios e financiamentos com recursos do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social;
- IV Estabelecer limites máximos de financiamento a título oneroso ou em forma de subsídios com recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- V Acompanhar e avaliar a execução da Política Municipal de Habitação a recomendar as providências necessárias ao cumprimento dos respectivos objetivos;
- VI Participar da elaboração, aprovação e execução do plano de aplicação dos recursos financeiros, destinados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- VII Estabelecer normas de gestão do patrimônio vinculado ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- VIII Definir os critérios e as formas para transferência dos imóveis vinculados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- IX Propor as diretrizes de alocação de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de acordo com os critérios definidos pela Política Municipal, de Habitação;





### **GABINETE DO PREFEITO**

- X Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, solicitando se necessário, o auxílio do órgão de controle interno do Executivo;
- XI Aprovar as contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- XII Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- XIII Promover audiências públicas e conferências representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes;
- XIV Constituir comissões especiais, temporárias ou permanentes, quando julgar necessário, para o desempenho de suas funções;
- XV Promover ampla informação à população e às instituições públicas e privadas sobre temas e questões pertinentes à Política de Habitação de Interesse Social desenvolvida com recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- XVI Deliberar as formas de apoio às entidades associativas e cooperativas habitacionais cuja população seja de baixa renda, bem como as solicitações de melhoria habitacionais com recursos provenientes do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- XVII Elaborar conjuntamente com o Poder Executivo a proposta da Política Habitacional contida na Lei de Diretrizes Orçamentarias, Plano Plurianual e Orçamento Municipal.

#### **CAPÍTULO II**

# DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- **Art. 2°.** O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social CMHIS será integrado por Conselheiros Titulares e Suplentes, entre a Sociedade Civil e o Poder Público, com atuação relacionada à habitação, tendo a composição:
- I- Representantes do Poder Público:
- a) 01 (um) Titular e 01 (um) suplente do órgão municipal da Secretaria de Assistência Social;
- b) 01 (um) Titular e 01 (um) suplente do órgão municipal da Secretaria da Fazenda;
- c) 01 (um) Titular e 01 (um) suplente do órgão municipal da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente;
- d) 01 (um) Titular e 01 (um) suplente do órgão municipal da Secretaria de Saúde
- e) 01 (um) Titular e 01 (um) suplente do órgão municipal da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;
- f) 01 (um) Titular e 01 (um) suplente do órgão municipal da Secretaria de Educação;

Avenida Anízio Ferreira da Silva, s/n – Centro – Ibitirama/ES Cep: 29546-000 E-mail: gabinete@ibitirama.es.gov.br

(28) 3199-1147





### **GABINETE DO PREFEITO**

- II Representantes da Sociedade Civil:
- a) 01 (um) Titular e 01 (um) suplente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Ibitirama;
- b) 01 (um) Titular e 01 (um) suplente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA-ES;
- c) 01 (um) Titular e 01 (um) suplente da Ordem dos Advogados do Brasil OAB;
- d) 01 (um) Titular e 01 (um) suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibtirama;
- e) 01 (um) Titular e 01 (um) suplente do Sindicato dos Notários e Registradores SINOREG-ES;
- f) 01 (um) Titular e 01 (um) suplente do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos do Município de Ibitirama.
- § 1° Os membros do Conselho Municipal da Habitação de Interesse Social CMHIS, e respectivos suplentes, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, para um mandato de até 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.
- § 2° A qualificação do Conselheiro na condição de Titular ou Suplente será por indicação via ofício na sua respectiva representação.
- § 3° O suplente substituirá o titular em suas faltas e impedimentos e o sucederá para lhe completar o mandato, em caso de vacância.
- § 4° A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social CMHIS será exercida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao seu funcionamento.
- Art. 3°. As decisões do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social CMHIS serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros.

Parágrafo único. O voto do presidente será exigido apenas em caso de empate.

Art. 4°. A função de conselheiro do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante prestado à sociedade.

### **CAPÍTULO III**

# DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 5°. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS terá a seguinte estrutura:

I- Presidente, Vice Presidente e Secretário (a);

II - Comissões;

4





### **GABINETE DO PREFEITO**

III - Plenário.

- § 1° A Presidência do Conselho será exercida pelo (a) Secretário (a) Municipal de Assistência Social.
- § 2° O Presidente será substituído em suas ausências ou impedimentos pelo Vice-Presidente, e, na falta deste, pelo Secretário (a).
- § 3° O cargo de Secretário (a) será exercido por servidor do quadro estatutário, alotado na Secretaria Municipal Assistência Social.
- Art. 6°. A composição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social CMHIS, dar-se-á até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei, mediante a indicação dos representantes dos órgãos e entidades que o integram, com nomeação pelo Prefeito Municipal e posse dos conselheiros.
- Art. 7°. O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente e/ou maioria simples dos seus membros.
- Art. 8°. O membro do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social CMHIS poderá ser substituído durante seu mandato pela entidade ou órgão que o tiver indicado nas seguintes hipóteses:
- Desligamento da entidade ou órgão que representa;
- II Pedido de afastamento do Conselho, por motivos particulares;
- III Falta injustificada a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas.

Parágrafo único. O Regimento Interno definirá os casos e a forma de justificação de faltas.

### CAPÍTULO IV

### DA PRESIDENCIA, VICE-PRESIDENCIA E SECRETÁRIO (A)

### Art. 9°. Ao Presidente Compete:

- Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II Elaborar, em conjunto com a Secretário (a), as pautas das sessões e encaminhar os assuntos que devem ser nela apreciados;
- III Dirigir os trabalhos das sessões, concedendo a palavra aos Conselheiros, coordenando as discussões e nelas intervindo para esclarecimentos;
- IV Ordenar o uso da palavra;
- V Aprovar as pautas das reuniões e estabelecer as prioridades das matérias a serem apreciadas;
- VI Submeter aos Conselheiros as matérias para sua apreciação e deliberação, assinar as atas, resoluções e/ou documentos relativos às deliberações do Conselho;





### **GABINETE DO PREFEITO**

- VII Delegar competências;
- VIII Determinar ao Secretário (a), no que couber, a execução das deliberações emanadas do Conselho;
- IX Formalizar, após aprovação do Conselho, os afastamentos e licenças dos seus membros;
- X Instalar os grupos de trabalho constituídos pelo Conselho;
- XI Designar relatores;
- XII Zelar pela observância dos prazos para a votação e discussão das matérias submetidas à apreciação do Conselho, bem como dos concedidos às Comissões Especiais do Conselho;
- XIII Declarar vago o cargo de membro do Conselho ou de integrante de suas Comissões, nos casos previstos no regimento interno;
- XIV Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho;
- XV Expedir pedidos de informação e consultas às autoridades competentes;
- XVI Baixar os atos necessários ao exercício de tarefas administrativas, assim como das que resultarem de deliberações do Conselho;
- XVII Proceder a distribuição das tarefas às Comissões.
- Art. 10. Ao Vice-Presidente Compete:
- I Substituir o Presidente em seu impedimento;
- II Acompanhar as atividades do Secretário (a);
- III Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
- IV Exercer as atribuições que lhe sejam conferidas pelo Plenário.
- Art. 11. A (o) Secretário (a) compete:
- I- Substituir o Presidente e o Vice-Presidente do CMHIS em seus impedimentos ou ausências;
- II Auxiliar o Presidente e o Vice-Presidente do CMHIS no cumprimento de suas atribuições;
- III Coordenar e executar serviço de apoio administrativo do Conselho, assessorar os serviços das Comissões, subsidiar suas deliberações e recomendações;
- IV Despachar com o Presidente e Vice-Presidente os assuntos pertinentes ao Conselho;
- V Elaborar atas das Reuniões;
- VI Expedir atos de convocações para reuniões do Conselho;





### **GABINETE DO PREFEITO**

- VII Executar outras atividades para o cumprimento das atribuições dos Conselho no âmbito das rotinas administrativas;
- VIII Manter arquivos das súmulas das reuniões das Comissões Temáticas bem corno das resoluções, pareceres, moções e outros documentos do CMHIS:
- IX Obter e sistematizar as informações que permitam ao CMHIS tomar as decisões prevista em lei;
- X Secretariar as sessões e promover medidas necessárias ao cumprimento das decisões do Conselho.

#### **CAPÍTULO V**

### DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- **Art. 12.** Habitação de Interesse Social é aquela destinada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 04 (quatro) salários mínimos nacional ou conforme definido no programa de habitação em localidades urbanas e rurais.
- Art. 13. No que se refere a Habitação de Interesse Social, compete ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social CMHIS:
- I Apoiar a implementação de Programas de Habitação de Interesse Social;
- II Fixar critérios para priorização de programas, alocação de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social para atendimento dos beneficiários dos Programas Habitacionais de Interesse Social, em conformidade com o Plano Municipal de Habitação;
- III Promover ampla publicidade às formas de acesso aos programas, às modalidades de acesso à moradia, aos critérios para inscrição no cadastro de demanda e de subsídios concedidos, as metas anuais de atendimento habitacional, aos recursos aplicados e previstos identificados pelas fontes de origem as áreas objeto de intervenção, aos números e valores dos benefícios e dos financiamentos concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização da sociedade e nas ações do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

#### **CAPÍTULO VI**

### DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

### Seção I

### Objetivos, Fontes e Administração

Art. 14. Fica criado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de baixa renda.





#### **GABINETE DO PREFEITO**

- Art. 15. O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social FMHIS é constituído por:
- I Dotações do Orçamento Geral do município, classificadas na função de habitação;
- II Outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHIS:
- III Recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
- IV Contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;
- V Receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS; e
- VI Outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

#### Seção II

#### Do Conselho Gestor do FMHIS

**Art. 16.** O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social FMHIS será gerido pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, na qualidade de Conselho Gestor.

#### Seção III

### Das Competências do Conselho Gestor do FMHIS

- Art. 17. Compete ao Conselho Gestor do FMHIS:
- I Estabelecer diretrizes e critérios de alocação dos recursos do FMHIS, observado o disposto na Lei Federal n° 11.124/2005 (ou outra que vier a substituí-la), a Política e o Plano Nacional de Habitação estabelecidos pelo Ministério das Cidades e as diretrizes do Conselho das Cidades;
- II Deliberar sobre as contas do FMHIS:
- III Dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;
- IV Deliberar sobre a proposta orçamentária, sobre as metas anuais e plurianuais e sobre os planos de aplicação de recursos do FMHIS, bem como controlar sua aplicação e a execução, em consonância com a legislação pertinente:
- V Deliberar sobre as demonstrações mensais de receita e despesa do FMHIS:
- VI Deliberar sobre a divulgação das formas e critérios de acesso ao Plano Habitacional de Interesse Social, bem como as ações a serem realizadas;
- VII Cumprir e fazer cumprir, no âmbito municipal, a Política de Habitação, bem como toda a legislação pertinente;





### **GABINETE DO PREFEITO**

- VIII Convocar, pela maioria simples de seus membros, justificando por escrito ao Presidente do Conselho Gestor, reunião extraordinária;
- IX Promover e articular, quando necessário, reuniões com os demais Conselhos existentes no Município:
- X Deliberar, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo, solicitando se necessário, o auxílio ao Departamento Contábil Financeiro do Executivo;
- XI Propor medidas de aprimoramento do desempenho do Fundo, bem como outras formas de atuação, visando a consecução dos objetivos dos programas sociais;
- XII Participar das audiências públicas e conferências para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e do Plano Habitacional de Interesse Social no âmbito do Município:
- XIII Anualmente o Conselho Gestor do FMHIS emitirá o Relatório de Gestão até o dia 31 de julho do ano subsequente ao exercício orçamentário encerrado, que conterá no mínimo os seguintes elementos:
- a) Apresentação:
- b) Objetivos:
- c) Metas propostas e alcançadas;
- d) Indicadores e parâmetros de gestão;
- e) Análise do resultado alcançado;
- f) Avaliação da atuação do conselho gestor;
- g) Medidas adotadas ou a serem adotadas para aprimorar os mecanismos de gestão.
- § 1° As diretrizes e critérios previstos no inciso I, do caput deste artigo, deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal n° 11.124, de 16 de junho de 2005 (ou outra que vier a substitui-la), nos casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais.
- § 2° O Conselho Gestor do FMHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.
- § 3° O Conselho Gestor do FMHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.
- § 4° As deliberações do Conselho Gestor serão objeto de Resoluções a serem expedidas pelo Presidente do Conselho.







#### **GABINETE DO PREFEITO**

#### Seção IV

### Das Aplicações Dos Recursos do FMHIS

- Art. 18. As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:
- I- Aquisição, construção, conclusão melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;
- II Produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;
- III Urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;
- IV Implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;
- V Aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;
- VI Recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social:
- VII Outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FMHIS.

Parágrafo único. Será admitido à aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais.

#### Seção V

### Da Movimentação Financeira do FMHIS

- Art. 19. Os recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social FMHIS serão depositados em conta bancaria própria, em estabelecimento bancário oficial.
- Parágrafo único. A gestão e movimentação financeira do FMHIS ficará sob a responsabilidade do Presidente do Conselho e do Tesoureiro da Secretaria de Assistência Social;
- Art. 20. O serviço contábil do FMHIS será executado pela Secretaria Municipal da Fazenda, a quem compete:
- I Contabilizar todos os documentos pertinentes à movimentação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, observado os dispositivos legais;
- II Fornecer toda a documentação contábil necessária a prestação de contas;
- III Enviar relatórios do FMHIS ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social CMHIS, quando solicitado;
- IV Realizar outras tarefas que lhe forem atribuídas por Decreto e/ou Portaria;





**GABINETE DO PREFEITO** 

#### **CAPÍTULO VII**

### DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

- Art. 21. O Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social CMHIS para o melhor desempenho de suas funções, poderá solicitar ao poder Executivo Municipal, à Secretaria de Assistência Social e às entidades de classe, a indicação de profissionais para prestar serviços de assessoria ao Conselho, sempre que se fizer necessário mediante prévia aprovação.
- Art. 22. A regulamentação das condições de acesso aos recursos do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social FMHIS e as regras que regerão a sua operação, assim como, as normas de controle, de tomada de prestação de contas e demais, serão definidas em ato do Poder Executivo Municipal, a partir de proposta oriunda do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social CMHIS.
- Art. 23. Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social SNHIS.
- Art. 24. Revoga-se a Lei Ordinária N° 1049/2025.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Reginaldo Simão de Souza Prefeito Municipal de Ibitirama

(28) 3199-1147